



Instituto de
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Matheus Rodrigues da Silva

DRE: 114165180

Turno: Integral

**QUAL A COR DA LOUCURA? PRIMEIROS PERCURSOS HISTORIOGRÁFICOS
ACERCA DAS EXPECTATIVAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO NEGRA NO HOSPÍCIO
DE PEDRO II (1860 – 1870).**

Rio de Janeiro

Fevereiro / 2019

**QUAL A COR DA LOUCURA? PRIMEIROS PERCURSOS HISTORIOGRÁFICOS
ACERCA DAS EXPECTATIVAS SOCIAIS DA POPULAÇÃO NEGRA NO HOSPÍCIO
DE PEDRO II (1860 – 1870).**

Matheus Rodrigues da Silva

Trabalho de Conclusão Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Flávio dos Santos Gomes.

Rio de Janeiro
Fevereiro / 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

SILVA, Matheus Rodrigues da.

Qual a cor da loucura? Primeiros percursos historiográficos acerca das expectativas sociais da população negra no Hospício de Pedro II (1860 – 1870) / Matheus Rodrigues da Silva – Rio de Janeiro: UFRJ/IH, 2019.

40f

Orientador: Flávio dos Santos Gomes

Monografia (graduação) – UFRJ/ Instituto de História/ Departamento de História, 2019

Inclui bibliografia

1.História – Monografia. 2. História do Brasil. 3. Escravidão 4. Trajetórias. I. Gomes, Flávio dos Santos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Departamento de História III. Qual a cor da loucura? Primeiros percursos historiográficos acerca das expectativas sociais da população negra no Hospício de Pedro II (1860 – 1870).

AGRADECIMENTOS

O período de uma graduação é para qualquer indivíduo, um momento da vida repleto de grandes transformações e processos de crescimento pessoal; processos estes muitas vezes estressantes, desgastantes, e certamente complexos. Entretanto, não há como enfrentar tal percurso sozinho. Por isso esta parte é dedicada para aquelas e aqueles que sempre estiveram comigo; dando-me suporte, força, e coragem para que eu pudesse superar e conquistar essa tão importante jornada em minha vida.

Primeiramente agradeço aos meus familiares; mãe, irmã, madrinha e pai. Que mesmo cansados não deixaram um momento se quer, de depositar sua fé e orações para o meu sucesso. Que mesmo com minha teimosia, se sacrificaram tanto pela minha educação e se mantêm até hoje perseverantes na paciência e no amor para comigo. As mais belas palavras não seriam capazes de traduzir o sentimento de gratidão que eu tenho por vocês.

Em seguida, quero agradecer também aos meus companheiros de jornada, que eu tenho o prazer de chamar de amigos. Tanto de dentro, quanto de fora da Universidade, e que tornaram a minha graduação mais leve, cheia de afeto e de muitas boas risadas. De dentro agradeço a Anderson Marinho, Deborah Costa, Naillivy Carvalho, Lucas Oliveira, Guilherme Moreira, Tâmis Caduda, Laís Marçal, e em especial a Gabrielle Abreu e a William Galdino que juntos desbravamos as dificuldades de sermos jovens negros na academia e mesmo com muitos erros e acertos construímos o que eu posso verdadeiramente chamar de uma linda amizade. Amo vocês e seremos pra sempre “O Trio”. De fora primeiro agradeço a Bruna Elizabeth, a minha mais antiga e especial amizade desde a famigerada FAETEC; e em segundo ao povo maravilhoso de Honório Gurgel, que mesmo não frequentando mais esse espaço ainda levarei para vida, Mariana Pantaleão, Anne Paula, Lucas Euclides, Maíta Carvalho e Priscila Dantas, que venham muitas mais praias pra nós.

Um agradecimento especial à turma do Arquivo do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal Nise da Silveira, local de muito aprendizado, onde eu pude entender, abraçar, amar e desenvolver ao máximo a cada dia o que representa “o ser historiador” nos dias de hoje; obrigado Alessandra Lima, Camila Figueiredo, Andressa Batista, Vinícius Martins,

Lorena Huidobro, Elisama Arnoud, Daniele Ribeiro, Nayara Emerick e Fernanda Antunes, sem vocês essa monografia nem existiria e que venham mais churrascos e festinhas de fim de ano!

Para finalizar a série dos amigos, agradeço a Igor Valente, um amigo e uma pessoa incrível que fez meu último ano de graduação se tornar de fato especial. Apoiou-me, entendeu minhas falhas, me cativou e todos os dias compartilha comigo todo o afeto e cuidado que é se é possível compartilhar. Para além de todos os clichês (risos)... Eu te amo.

Por fim, um grande agradecimento e gratidão aos meus mestres Flávio Gomes, Mônica Lima, Cinthia Araújo e Cida Motta que não só acreditaram, mas ainda acreditam no meu potencial e me incentivaram a cada etapa da minha graduação a mergulhar no universo maravilhoso da escrita e do ofício docente e acadêmico.

Desta forma, finalizo este quadro desejando a todos citados nesses parágrafos, todo o meu carinho e respeito, então sentem-se e deleitem-se com estas poucas páginas que representam um esforço genuíno e sincero, de um acadêmico iniciante na busca para continuar sua pesquisa e dar foco nas agências dos sujeitos históricos que durante muito tempo foram silenciados, esquecidos e que na mesma medida sua resistência foi fundamental para que um dia eu pudesse estar escrevendo essas palavras. Sem vocês essa jornada não seria possível e tão pouco repleta de amor e gratidão. Obrigado!

*Só a minha agitação,
uma frase ou outra desconexa,
um gesto sem explicação denunciavam que eu não estava na minha razão.*

O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá?

Lima Barreto, Diário do Hospício.

RESUMO

SILVA, Matheus Rodrigues da. *Qual a Cor da Loucura?* Primeiros percursos historiográficos acerca das expectativas sociais da população negra no Hospício de Pedro II (1860 – 1870). Rio de Janeiro, 2019. Monografia (Curso de Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta pesquisa visa uma breve análise acerca das possibilidades iniciais de pesquisa histórica com relação aos estudos de expectativas sociais e possíveis narrativas de trajetórias de indivíduos pretos – livres, libertos e cativos – presentes no antigo Hospício de Pedro II. Na intenção de compreender possíveis tensões sociais, vivenciadas dentro deste espaço físico e/ou referente a ele entre os anos de 1860 e 1870. Para tanto, serão mobilizadas fontes provenientes não somente a partir dos chamados dossiês de internação, aos quais contém preciosas informações dos antigos prontuários médicos da instituição, e que em sua maioria encontram-se sob a guarda do Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal Nise da Silveira (CDM-IMNS), todavia o contraponto com outras fontes como: livros de matrícula e outras bibliografias. Uma breve hipótese é que as denominadas “práticas de internação” deste hospício estariam alinhadas com as experiências de repressão em relação à população negra durante a segunda metade do século XIX e que tão pouco a vida dos negros presentes neste espaço estaria resumida a uma presença puramente passiva. Assim, o estudo acerca das experiências destes sujeitos adquire relevância histórica no sentido de uma construção de narrativas históricas de agência e resistência para com as dinâmicas de um sistema escravista em curso, suas representações e as práticas relacionadas às doenças (mentais), e, sobretudo, como as mesmas podem compreendidas enquanto fenômenos socioculturais dentro de uma perspectiva de pesquisa historiográfica.

Palavras-chave: escravidão; internações; trajetórias; Hospício de Pedro II; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

What's the Color of Madness? First historiographic paths about the social expectations of black population in the Hospice of Pedro II (1860 - 1870). Rio de Janeiro, 2019. Monography (Course of Graduation in History) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This research aims at a brief analysis about the initial possibilities of historical research in relation to the studies of social expectations and possible narratives of the trajectories of black individuals, freed and captive individuals present in the former Hospice of Pedro II. In order to understand possible social tensions, experienced within this physical space and / or referring to it between the years of 1860 and 1870. For this purpose, sources will be mobilized not only from the so-called hospitalization dossiers, which contain precious information of the medical records of the institution, most of which are under the custody of the Permanent Archive of the Documentation and Memory Center of the Nise da Silveira Municipal Institute (CDM-IMNS). A brief hypothesis is that the so-called "internment practices" of this hospice would be in line with the experiences of repression against the black population during the second half of the nineteenth century and that so little the life of the blacks present in this space would be summed up to a purely passive. The study of the experiences of these subjects acquires historical relevance in the sense of a construction of historical narratives of agency and resistance to the dynamics of an ongoing slave system, its representations and practices related to (mental) diseases, and, above all, as they can be understood as sociocultural phenomena within a historiographical research perspective.

Keywords: slavery; hospitalizations; trajectories; Hospice de Pedro II; Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 – Breves notas acerca dos estudos de experiências e escravidão no Brasil.	06
CAPÍTULO 2 – Os negros e o Hospício	15
As dinâmicas sociais do Império e a Modernidade.....	15
Estudos de caso com relação à escravidão e Hospício de Pedro II (1841 – 1889).....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	29
Fontes.....	29
Referências bibliográficas.....	29

INTRODUÇÃO:

Caro leitor para começar esta breve análise, façamos um exercício. Um imaginário ao longo da história humana. Consideremos um determinado grupo de indivíduos. Dotados de suas respectivas particularidades e especificidades enquanto seres sociais. Indivíduos estes que habitam também em uma determinada região durante séculos e lá constroem toda uma rede de sociabilidade e estrutura cultural. Agora, imaginemos também que mediante a um processo histórico nefasto, esses mesmos indivíduos são retirados à força de seu local de origem e dispersados para outras distantes regiões. Transportados em condições sub-humanas; incontáveis mortos; doentes; mães, filhos e famílias inteiras separadas. Nestes tantos outros lugares serão coagidos a trabalhar compulsoriamente em terríveis condições de trabalho; vendidos, ameaçados, trabalhando apenas para a sua literal sobrevivência, e por fim “desumanizados” pela classe dominante vigente, encarando-os sob o *status* de “coisa”.

Pronto, dado este “simples” cenário, façamos agora a seguinte pergunta. Em qual ou quais grupos você pensou?... Se dentre as possibilidades a experiência do sistema escravista atlântico entre os séculos XVI e XIX foi a que veio até sua mente, acalme-se, pois esta pesquisa não representa uma manifestação exaltada de como a história da experiência negra no Brasil merece ser valorizada apenas por intermédio do meu único e irreverente desejo. Trata-se de uma pesquisa histórica séria, e abarcada por suas respectivas metodologias e referenciais teóricos.

Mas se por outro lado você que está lendo esta monografia, esperando uma linguagem puramente acadêmica sem qualquer espectro de empatia, ou esforço do autor em promover a sua colocação no texto e, sobretudo preocupação com o entendimento e encantamento do leitor com este tema, desista e vá ler outro episódio. Para mim a História não é feita disto.

Este brevíssimo exercício serve apenas para trazer à luz a reflexão que realmente importa nesta pesquisa; a pergunta que realmente devemos fazer a nós mesmos é: Ainda com todos esses contextos adversos, os mesmos indivíduos não seriam capazes de se (re)organizarem novamente enquanto sujeitos dotados de suas próprias práticas econômicas e rotineiras, resistências, e tensões políticas, culturais, religiosas, e sociais? De certo que sim. Entretanto, ao longo de muitos anos, para as produções historiográficas brasileiras essa resposta foi não.

É possível que tal fenômeno seja explicado devido ao fato de que durante cerca de mais de três séculos o horizonte social brasileiro foi um dos campos no qual o sistema escravista

floresceu na sua forma mais extensa, sendo a última região do mundo a aboli-la. As sociedades colonial e pós-colonial foram profundamente estruturadas a partir das dinâmicas provenientes deste sistema, não somente por intermédio do trabalho cativo e seus desdobramentos econômicos, bem como dos atores sociais protagonistas – a meu ver – dentro destas relações, ou seja, a população negra escravizada. Assim por consequência até a contemporaneidade os historiadores acadêmicos – em sua maioria brancos – herdeiros das mesmas dinâmicas que também estruturaram o pensamento social brasileiro no século XX, não enxergavam a existência (ou contribuição) política do indivíduo escravizado. Nas palavras dos historiadores João José Reis e Eduardo Silva, “os interesses destes eram identificados aos dos senhores ou tinham uma penetração extremamente limitada ao aparelho estatal”¹, assim até os anos de 1970 foram encarados como sujeitos totalmente passivos diante da macroengrenagem do sistema escravista.

Nesse sentido torna-se necessário o entendimento de que as pesquisas e produções historiográficas brasileiras contemporâneas sobre a temática da escravidão, a partir da tão recente virada no final da década de 1970, cada vez mais reconhecem o protagonismo dos cativos na formação social de nosso país. Desde as inter-relações entre o mundo da cultura e do trabalho, seus modos de vida e de pensar, seus valores e projetos, os processos de dominação e o desenvolvimento dos campos discursivos, até a (re)construção de suas identidades étnicas e culturais. Contudo, tais pesquisas até a atualidade são desafiadas a reavaliar as fontes documentais disponíveis sob uma nova perspectiva da vida escrava e das novas relações sociais nela impostas ao longo do tempo².

Ao partirmos da premissa do indivíduo escravizado enquanto um “agente político”³, vamos aos recortes fundamentais da pesquisa. A começar com o espacial, o enfoque se concentra no estudo das possibilidades de estudos das experiências sociais negras vividas no chamado

¹ REIS, João José; SILVA, Eduardo. “Negociação e Conflito. A resistência Negra no Brasil Escravista.”. São Paulo: Companhia Das Letras, 1989.

² MACHADO, Maria Helena P. T.. Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8 n°16, p143

³ REIS, João José; SILVA, Eduardo. “Negociação e Conflito. A resistência Negra no Brasil Escravista.”. São Paulo: Companhia Das Letras, 1989.

Hospício de Pedro II⁴. Situado na região da atual praia Vermelha na cidade do Rio de Janeiro. O hospício foi inaugurado no ano de 1852, cerca de 11 anos após seu decreto de fundação em 18 de julho de 1841 sob a premissa de um espaço “*destinado privativamente para asilo, tratamento e curativo de alienados de ambos os sexos de todo o Império, sem distinção de condição, naturalidade e religião.*”⁵; sendo esta a primeira instituição em toda a América latina voltada exclusivamente para a saúde mental⁶. Os doentes conhecidos como *alienados*, quer fossem livres, escravos ou libertos, tanto brancos quanto pretos, até então não detinham de um estabelecimento específico que resguardasse unicamente da saúde mental. Inicialmente tinham como destino, os depósitos da Santa Casa de Misericórdia⁷, que na mesma medida não tinham qualquer infraestrutura ao que era necessária para o tratamento destes pacientes. Ou acabavam permanecendo reclusos em suas próprias residências, quando seus familiares detinham de condições para mantê-los. A realidade da precarização e da superlotação com o passar dos anos era cada vez mais frequente; o que somada aos ideários médicos europeus que difundiam visões mais “humanitárias” no tratamento psiquiátrico e a existência de um local específico para o tratamento. Assim, o debate entre os médicos brasileiros é iniciado, ganhando cada vez mais força até chegar às considerações do então Imperador Pedro II, que decide pela criação de um

⁴ RIBEIRO, Daniele. “O Hospício de Pedro II e SUS internos no ocaso do Império: desvendando novos significados”. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

⁵ Decreto nº 1077, de 4 de Dezembro de 1852. Aprova mandar executar os estatutos do Hospício de Pedro II.

⁶ RIBEIRO, Daniele. “O Hospício de Pedro II e SUS internos no ocaso do Império: desvendando novos significados”. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

⁷ Para uma perspectiva de um local específico no tratamento dos considerados *alienados*. Ver GANDELMAN, Luciana. “A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX.” *História das Ciências, Saúde*. Manguinhos, v8: 613. Rio de Janeiro. MELO, Mariana. “A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder”. In ARAUJO, Maria. *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal – Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009. PIMENTA, Tânia. “O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 – 1855)”. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas: 2003.

hospício no terreno da chácara da Praia Vermelha; estando a instituição totalmente alinhada aos padrões da medicina europeia⁸.

As obras tiveram início no ano de 1842, e prolongar-se-iam por mais 11 anos, contando com grandes quantidades de investimentos privados e recursos advindos do Governo Imperial e doadores particulares. Segundo a historiadora Daniele Ribeiro “*imbricavam-se diversos interesses e expectativas para aquele estabelecimento*”, ou seja, era mais do que imperativo que esse “laboratório” depois de finalizado obtivesse sucesso. Entretanto para além das preocupações com espaço especificamente é importante considerarmos que segundo as proposições médicas no século XIX, o corpo negro já era algo passível de intervenção, pois representaria perigos físicos e morais devido as suas proximidades com seio da família branca⁹.

Assim a construção desta pesquisa trata de como o estudo das experiências individuais negras vividas entre sujeitos livres, libertos e escravizados pode representar uma fonte fecunda para os estudos de uma história social das doenças entre os cativos e libertos, e das ações e políticas sanitárias no campo da medicina psiquiátrica no Brasil escravista. A investigação quanto aos processos pelos quais estes grupos e/ou indivíduos são encarados como “desviantes” e “doentios”, pode conceder sentidos à experiência da doença e da internação – muitas vezes compulsória – como uma experiência produtora saberes, representações e as práticas relacionadas aos fenômenos socioculturais. Ao mesmo tempo, entende-se que trazer à tona esse debate significa mobilizar uma quantidade cada vez maior de abordagens no que se refere ao contexto social – mais especificamente do sujeito entendido enquanto negro – na segunda metade do século XIX.

O objetivo desta pesquisa se constrói na pretensão de análise de determinadas experiências sociais, ocorridas dentre a parcela dos indivíduos pretos, cativos e libertos, não só internos, como trabalhadores no antigo Hospício de Pedro II; e tentar compreender as expectativas e possíveis tensões sociais presentes tanto neste espaço, bem como quanto nas práticas/políticas de internação, entre os anos de 1860 e 1889. Ao traçarmos um perfil destes

⁸ ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830 – 1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

⁹ PÔRTO, Angela. “A saúde dos escravos na historiografia brasileira. Usos do passado”: XII Encontro Regional de História, 2006.

indivíduos, por meio de panoramas não só por cor, como a faixa etária, sexo, classes (referentes à internação dos pacientes), diagnósticos e terapias; com o intuito de questionar um determinado arquétipo social em que essa população era enquadraria neste período; refletindo as possibilidades de entendimento de determinadas mentalidades sociais da época, no que diz respeito às internações (ou intervenções) por motivações médicas ou não, em certos indivíduos no contexto escravista da História do Brasil. Todavia buscarei ressaltar também a importância dos estudos perspectivas das experiências e trajetórias individuais na construção da pesquisa, ao passo que também acredito fortemente na presença de tais experiências sociais no recorte espacial pretendido, assim como o mesmo seria produtor de formas de sociabilidade, para além das “dinâmicas da loucura” em meados do século XIX.

CAPÍTULO 1 – Breves notas acerca dos estudos de experiências e escravidão no Brasil.

Antes que possamos discorrer mais profundamente a respeito das possíveis trajetórias e representações particulares de indivíduos específicos no Hospício de Pedro II; ou talvez antes promover análises com relação das possíveis práticas de internação enquanto formas de repressão para com a população negra, durante segunda metade do século XIX; ou quem sabe antes que se quer possamos identificar possíveis estratégias de resistência e combate, desses sujeitos, ao sistema normativo de discurso – médico e senhorial – com relação a intervenções compulsórias aos corpos negros. Torna-se necessário neste capítulo, primeiramente entender mais a fundo de quais formas as teorias para o estudo das experiências se constituíram enquanto um campo promissor para a reflexão do complexo processo que chamamos hoje de “escravidão”, cabe também neste primeiro momento levantar e discutir alguns estudos incontornáveis, sem os quais jamais seria possível a construção desta pesquisa.

Retomarmos então para a linha de percepção já abordada na parte da introdução, quanto ao pensar sobre as recentes transformações na historiografia brasileira a partir da década de 1970. Pensando em uma abordagem ativa dos indivíduos escravizados, ou seja, nas experiências sociais vivenciadas por mulheres pretas e homens pretos – neste caso dentro de uma instituição psiquiátrica.

Partimos assim para a década de 1980, no qual novas correntes teóricas, como as perspectivas marxistas não ortodoxas de E. P. Thompson e Genovese que irão impactar diferentes temáticas investigativas dos significados de liberdade, redes de sociabilidade, mecanismos de controle senhorial e narrativas de trajetórias, todos focadas no papel do cativo enquanto agente social nas sociedades escravistas. Os trabalhos mais recentes apontam para os do historiador James Sweet¹⁰ que desenvolve suas pesquisas se atentando às transformações metodológicas nos estudos identitários em diáspora a partir de uma abordagem biográfica atlântica.

Começemos a entender brevemente quais conceitos serão mobilizados nesta pesquisa no diz respeito a uma perspectiva teórica da pesquisa, este quadro é formado quatro importantes

¹⁰ GOMES, Flávio dos Santos; SANGLARD, Gisele; ARAUJO, Carlos Eugenio Moreira de; e SIQUEIRA, José Jorge. (Org). História Urbana. Memória, cultura e sociedade. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, v. , p. 113-128.

produções intelectuais tão próximos e ao mesmo tempo tão distintos. Tratam-se do já mencionado, historiador e professor estadunidense James Sweet, que concentra seus estudos a respeito das histórias culturais e sociais de africanos e afrodescendentes ao redor do mundo – mas principalmente na região do Atlântico –, lecionando cursos sobre história mundial comparada, história da África do Sul e do Brasil, escravidão comparada, raça e nação no mundo atlântico; em segundo, um dos mais influentes e importantes intelectuais do século XX, o famoso historiador, poeta, ativista e militante político Edward Palmer Thompson; e por último os italianos Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, referências nas pesquisas na área da Micro-história.

Para além da formação de um quadro teórico é preciso diferenciar também certos termos que serão muito presentes nesta pesquisa, como “trajetórias” e “biografias”. Para facilitar o entendimento, estabelecemos a noção de “trajetórias” enquanto a expressão de apenas alguns recortes da vida. Enquanto que a “biografia” representaria o todo, agindo como um mais termo totalizante.

Ou seja, quando falamos da construção de uma “biografia histórica” – cada vez mais presentes dentro da academia – o que traduz é o contraponto do século XX para o século XIX, ao qual imperavam os interesses para com o “coletivo” ou “o povo” ou quando não nos grandes personagens e nos seus grandes exemplos que poderiam nos oferecer. Essa determinada superação, se dá devido ao novo interesse nas agendas dos historiadores, nas particularidades da vida indivíduos comuns. Ao passo que suas vidas são contadas, o importante agora são os chamados “desvios”, a fuga da regra, e o total rompimento com a uma visão de constantes homogeneidades sociais.

Por muito tempo a “biografia histórica” teve sua legitimidade no campo do conhecimento histórico questionada. O que de fato, trata-se de um genuíno engano, afinal de contas, a biografia será sempre, em alguma medida, histórica. Novamente, proponho mais um exercício de lógica: se pergunte por alguns momentos, como seria possível narrar a vida de qualquer sujeito sem o uso de recursos alinhados a algum formato de ordenamento cronológico e temporal? A importância epistemológica da biografia e por consequência da trajetória, pode ser explicada no resgate das proposições dos estudos da micro-história. É preciso, antes de tudo, restituir as margens de ação dos indivíduos e a imprevisibilidade dos processos históricos. Sempre se atendo aos perigos da chamada “ilusão biográfica”, que segundo Bourdieu, é nada menos que a possibilidade de observar as complexidades, nos fatos concretos e nas incertezas.

É importante ressaltar aqui também, que o presente trabalho não objetiva trabalhar ou analisar as trajetórias de vida de um ou mais indivíduos específicos em suas totalidades, visto que dada a natureza analítica relativamente breve deste trabalho, tal esforço não seria se quer possível. Tratar-se na realidade de salientar as possibilidades iniciais de estudos no que diz respeito às temáticas e fontes escolhidas, a partir de alguns exemplos promissores que veremos mais a frente do texto.

Dito isso, nada mais justo do que situar as obras biográficas ou de trajetórias – ou como queiram denominar – na temática da escravidão que foram fundamentais para a formulação dos argumentos do presente trabalho. A começar pelo historiador James Sweet para entendermos as expectativas, mentalidades e a vida cotidiana durante os períodos escravistas tendo como roteiro estudos biográficos de escravos e libertos, homens, mulheres, africanos e crioulos. Dentro desta linha teórica as questões de identitárias podem ser desenvolvidas muito além de uma única abordagem. Neste caso, o estudo das biografias de internos do antigo hospício, sejam eles cativos ou libertos, será uma ligada à desconstrução da perspectiva de certos grupos sociais explorados como figuras históricas de regular passividade. Entende-se que os internos, possuíam expectativas sobre a sua liberdade, refletiam sobre sua estada no respectivo meio, desenvolviam estratégias de resistências que também eram passíveis de tensões em seu cotidiano, refutando mais uma vez o já citado ideário de pensamento social brasileiro predominante, – vigente durante muito tempo, e ainda um pouco presente – de sujeitos totalmente desprovidos de agência.

Já a biografia enquanto um gênero, mais especificamente voltado para o cotidiano de escravos e libertos; conta com a obra de Luiz Mott como vanguarda, que analisa trajetória da escravizada Rosa Egypciaca e sua transformação em santa, aclamada por muitos em pleno contexto escravista colonial; ao demonstrar o diário de repressão e de desenvolvimento de experiências religiosas de matriz africana no mundo colonial oitocentista. Dito isso, as produções ao longo dos anos tomam cada vez mais temáticas específicas dentro das obras biográficas.

A historiadora Regina Xavier, por exemplo, ainda segue a linha das experiências religiosas nas histórias biográficas de diversos crioulos e africanos no Brasil. Ao escrever sobre a vida do africano Tito alforriado em 1865 – aos 47 anos de idade – são feitas conexões africanas

“reinventadas” em torno de uma medicina popular, igreja e religiosidade¹¹; afinal este sujeito se tornaria importante liderança religiosa já a partir dos anos 50, no que diz respeito às práticas de cura.

Uma segunda interpretação são as relações de gênero dentro dos estudos de trajetórias. A historiadora Junia Furtado promove uma interpretação quanto às expectativas de mobilidade social, sendo sua principal crítica à figura de sensualidade e sedução no cotidiano de mulheres negras forras no Brasil colonial do século XVIII. Há um determinado movimento de reconstituição de panoramas de tensões e conflitos sociais entre mulheres e homens na busca para alcance da alforria e, sobretudo as lutas contra o estigma da cor durante o período¹².

Outro elemento, uma tanto recente deste debate são os chamados “horizontes urbanos”. Tanto por intermédio das redes sociais e cenários religiosos africanos em Salvador na expressados na biografia religiosa do liberto africano Domingos Sodré na Bahia do século XIX; quanto na trajetória do liberto africano Rufino José Maria em suas várias viagens no navio negreiro na função de cozinheiro passando por cerca de quatro centros urbanos brasileiros (Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre) além de outros centros africanos, como Serra leoa; biografias essas publicadas por João José Reis respectivamente em 2008 e 2010 – escrita em conjunto com os historiadores Marcus de Carvalho e Flávio Gomes¹³.

Entende-se que a escrita de trajetórias e biografias história, na perspectiva de construção e análises de uma “obra biográfica direcionada”, tem sido um campo cada vez mais procurado dentre os historiadores desta temática; é importante considerar também a principal matriz analítica que se relaciona com estes trabalhos.

¹¹ XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

¹² FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes. O outro lado do mito*. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

¹³ REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. 1. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2008 e REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. “O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1823 - c. 1853)”. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Nesse sentido o trabalho desenvolvido pelo historiador inglês E. P. Thompson¹⁴ – que tradicionalmente é conhecido por se desvencilhar das teorias estruturalistas econômicas materiais de um marxismo clássico e da “superestrutura” cultural ao dedicar-se para uma análise voltada para as percepções do indivíduo e suas vivências – também será importante em construção entendimento de um instrumento de análise na presente pesquisa.

Na obra “*Miséria da Teoria*”, publicado no Brasil no ano de 1981, Thompson trás a luz o conceito de “experiência histórica e cultural”, ao propor novos modelos o autor encara as experiências enquanto aspectos fundamentais para a intensificação das ações sociais, e não mais as grandes estruturas. A argumentação do conceito é que este se valeria para que os historiadores, enfim, prestassem atenção que não é possível estruturar uma determinada classe social distinta da outra, ou sugerir níveis de autenticidade e valor entre as mesmas. Ou seja, segundo a historiadora Silvia Lara, pensar uma relação de poder e exploração entre senhor/escravo de forma vertical estaríamos selecionando “unicamente a vontade de um dos agentes ou privilegiar apenas necessidades e razões econômicas para a análise desta relação [...] capazes de produzir somente uma versão (transformada em explicação) deste processo”¹⁵. Os contextos e processos de uma autoformação de classes acontecem mediante o fenômeno das experiências históricas, adquiridas muitas vezes por homens e mulheres comuns da vida cotidiana e que não as tradicionais grandes figuras de renomada “importância” social. Sendo assim buscar-se-á explicação significados e sentidos das vivências a partir das interações, para os indivíduos alvo no presente estudo.

Thompson também sugere uma divisão entre a experiência percebida e a experiência vivida. Esta segunda categoria, pautada nos os padrões do interior apresentados no interior do ser social, estaria mais próxima do Karl Marx mencionou como “consciência social”, e que com frequência resultariam nas causas materiais e que acontecem de maneira destacada da intencionalidade e/ou da consciência. Entretanto, o profundo embate entre as chamadas ações históricas e as experiências de modo algum poderiam ser corrompidas e/ou “ofuscadas” pela “falsa consciência”.

¹⁴ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

¹⁵ LARA, Silvia Hunold. *BLOWIN' IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Proj. História, São Paulo, (12), out. 1995.

“[...] Em uma análise comparativa, o modelo tem apenas valor heurístico, passível de geralmente redundar em perigo dada sua tendência em direção a uma estase conceitual. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente”¹⁶

As experiências históricas e seus desdobramentos são fluidos e inexoráveis. A compressão que as mesmas exerceriam sobre a consciência social seria sua principal finalidade, ao determinar as construções de aspectos humanos com uma perspectiva justamente na sociedade de classes. Seguindo este pensamento Thompson também propõe, que do caráter empírico é por intermédio das experiências que se é capaz de desenvolver teoricamente uma “explicação racional das mudanças históricas”.

O ponto central de discussão do autor está na formação dos atores sociais – em seu caso a classe trabalhadora inglesa – se distanciando cada vez mais da tradicional óptica única da estrutura materializante. Todavia, o autor também despreza os modelos explicativos baseados na perspectiva culturalista desacompanhada de seu contexto, ao recusar com ardor um fraco culturalismo, bem como, a estrutura material isolada do condicional humano. Nas ações sociais quando percebidas unicamente por intermédio da óptica cultural, é preciso sempre ressaltá-las enquanto categorias de explicação. Por outro lado, refletir sobre as ações coletivas mobilizadas pelos atores sociais com uma observação voltada somente mediante ao viés estruturalista acaba por trazer um isolamento e cristalização em meios a dados seriais. Como já foi dito, Thompson procurava a compreensão em na sua totalidade, as múltiplas e dispares histórias de mulheres e homens reais e que juntas formariam o arcabouço dos macroprocessos históricos.

Contudo ao mobilizarmos os estudos desenvolvidos por E. P. Thompson, o optarmos por esse modelo de pesquisa historiográfica e social torna-se necessário explicitar também as tradicionais críticas levantas a seu respeito. A começar, pela problemática referente à possível fragilidade teórica, afinal muitos historiadores trazem a questão no sentido de como seria possível adotar e, sobretudo adaptar uma posição empírica e teórica de um historiador que pauta seus

¹⁶ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

estudos na formação da classe trabalhadora da Inglaterra no século XVIII para os estudos voltados para a temáticas das dinâmicas sociais do Brasil escravista no século XIX.

E é justamente essa questão que a professora e historiadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Silvia Hunold Lara se propõe a responder no texto intitulado *BLOWIN' IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Logo, no primeiro parágrafo, a mesma já apresenta as comuns estranhezas levantadas pelos historiadores “descrentes” da associação.

Que relação poderia a ver entre estudos sobre a formação da classe operária inglesa, as relações gentry-plebe ou as leis e o direito na sociedade inglesa setecentista, e a escravidão africana, o processo de abolição e a história dos negros depois da emancipação no Brasil? Aparentemente, nenhuma: em termos cronológicos a coincidência é um tanto reduzida e, do ponto de vista temático, há bem poucos elementos em comum.¹⁷

Assim, nos parágrafos à frente, Lara traça possíveis caminhos até as respostas para este tão importante questionamento. De forma separada, a autora salienta primeiro como relação da existência de historiadores – tanto na Inglaterra, quanto Brasil – que contestam termos considerados generalizantes e/ou abstratos para a formação dos estudos relações escravizado/senhor (I), gerou impactos para uma mudança de interesse nos modelos explicativos dos processos de colonização, e de como esses processos poderiam se apresentar, novos ou não (II). A concepção dos mundos colonial e pós-colonial¹⁸ totalmente regido pelos interesses senhoriais, e alinhado na perspectiva de uma dominação escrava inevitável; foi um dos modelos que precisavam ser abandonados.

A resposta para o questionamento encontra-se se novamente ousarmos retornar para a importância das transformações historiográficas dos anos de 1970. Os historiadores alinhados as ideias teóricas de E. P. Thompson, rejeitavam cada vez mais os padrões de um sistema escravista

¹⁷ LARA, Silvia Hunold. *BLOWIN' IN THE WIND: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Proj. História, São Paulo, (12), out. 1995.

¹⁸ Entende-se aqui o termo “pós-colonial”, correspondente ao período de administração política Monárquico na história do Brasil. Popularmente conhecido enquanto “Brasil Império/Imperial”.

“benevolente” e, sobretudo, “paternal”. E insistiam não somente no que a historiadora denomina de “inclusão dos excluídos”, tornava-se assim necessário à criação de uma nova abordagem e desenvolvimento para os estudos das experiências e relações sociais negras – especificamente durante o período escravista.

Por fim, após abordarmos a importância dos estudos de E. P. Thompson, na mesma medida é preciso explicitar – ainda que brevemente – a mobilização dos estudos no campo da micro-história italiana, com seus dois principais expoentes os intelectuais e historiadores Carlo Ginzburg¹⁹ e Giovanni Levi²⁰. O primeiro responsável pela proposição de uma reflexão necessária para o que representam as múltiplas possibilidades de investigação das fontes históricas que trazem a luz os chamados “indícios”, dentro de uma nova proposta metodológica de análise. Já o segundo, cuja percepção de “uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica de normas sociais”; e que busca reflexão das inter-relações entre as estruturas normativas e a liberdade dos indivíduos históricos subalternos. No caso da presente pesquisa tratam-se os indivíduos subalternos seriam nada mais que a população escravizada interna nas dependências do Hospício de Pedro II e dotada de totais vivências das estratégias das normas sociais.

“[...] Decerto essa liberdade não é absoluta: [...] Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”²¹

Estes e tantos outros estudos se juntam a outros empenhos historiográficos brasileiros de reconstrução histórias, mentalidades dos escravizados, seu cotidiano, e, sobretudo, dentro de uma

¹⁹ GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁰ LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 45.

²¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Morais (Orgs.) Usos & abusos da História oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 179-180.

articulação entre narrativas individuais, sentidos religiosos, discursos médicos e construção de identidades nos processos mais abertos da escravidão e do pós-abolição.

Por último, cabe aqui esclarecer algumas questões, para facilitar a compreensão do leitor o presente trabalho se coloca enquanto um primeiro percurso historiográfico acerca de determinadas trajetórias negras, como já foi mencionado justamente devido à dimensão analítica do mesmo. Segundo, a apesar da grande maioria da bibliografia mobilizada para esta discussão (e promoção das “Notas” referentes ao título deste capítulo) se pautar essencialmente nos estudos da acerca das possibilidades de se conceber experiências de trajetórias de indivíduos escravizados, e não em uma determinada história da psiquiatria; o fato é que justamente porque até então não foram encontradas pesquisas sobre estes dois temas trabalhados de forma conjunta. Terceiro, salvo o importante trabalho produzido pela professora e historiadora Daniele Ribeiro em seus artigos publicados, em sua Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde intitulada “*O Hospício de Pedro II e seus internos no ocaso do Império: desvendando novos significados*” e sua Tese de Doutorado de tema semelhante, enquanto expansão do Mestrado. E que se debruça na vanguarda das investigações do perfil social dos internos, suas trajetórias institucionais e seus familiares enquanto agentes, e principalmente nos projetos e lógicas de favores entre o Hospício de Pedro II e a Irmandade da Misericórdia, bom como suas estratégias sociais de acesso. Contudo diferentemente da presente pesquisa inicial, a mesma não apresenta um enfoque específico na população escrava e liberta, trançando um panorama social mais geral e qualitativo do Hospício em si.

CAPÍTULO 2 – Os Negros e o Hospício

No capítulo anterior, foi promovido um breve diálogo quanto às produções bibliográficas mais importantes acerca dos estudos históricos biografias e trajetórias. Dado o diálogo com os trabalhos já realizados nesta área, nesse capítulo temos como objetivo, nos aprofundarmos na análise dos dados da pesquisa e promover uma discussão – ainda que inicial – com relação aos primeiros percursos historiográficos, no que diz respeito a um estudo monográfico cujo enfoque se apresenta tanto das experiências escravistas, quanto nas potencialidades desses estudos nas fontes trabalhadas.

O recorte histórico inicial pensado para a pesquisa seria entre os anos de 1841 e 1889, considerando desde o decreto de fundação do hospício até as transformações sociais e institucionais ocorridas com a proclamação da república em 1889 – inclusive do próprio nome do hospício²². Entretanto, dado aos limites de extensão da pesquisa e das fontes para os estudos de caso a serem apresentados nos concentraremos entre os anos de 1860 a 1889.

As dinâmicas sociais entre o Império e o Hospício

Como já foi mencionado ao longo deste trabalho, o hospício situava-se na atual Praia Vermelha, e atualmente não se encontra mais em funcionamento, tendo seu prédio hoje como parte integrante de um dos *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Já com relação aos debates sobre a criação do Hospício de Pedro II, os mesmos foram iniciados cerca de uma década antes do início das obras de sua de sua construção. Por volta dos anos de 1830 já eram recorrentes uma série de denúncias envolvendo as questões referentes aos tratamentos concedidos aos alienados na Santa Casa de Misericórdia da cidade do Rio de Janeiro. Na corte já havia uma determinada articulação entre os médicos defensores da fundação de um espaço científico e asilar de cura com a dedicação exclusiva para resolver o “problema dos loucos”. Desta forma, a “revolução” promovida por Phillipe Pinel na França chegou até os trópicos e agora tal experiência adquiria simbolismos maiores dos quais os médicos imaginavam, chegando

²² A partir de 1889, no intuito de desgaste a apagamento da figura da Monarquia, passa ser nomeado “Hospício Nacional de Alienados”.

até o próprio Imperador Pedro II, que assina o decreto de 4 de dezembro de 1842, fundando assim o primeiro hospício do império²³. A partir de então, é preciso salientar a vasta gama de interesses em curso tanto na formação daquela instituição, quando em seus anos de funcionamento.

Ao longo do seu tempo de operação, muitos foram os projetos abarcados pela instituição. Nesse momento é importante mencionar o trabalho de autoras como Monique Gonçalves que irão promover suas reflexões a respeito da atenção necessária para a interpretação de certas dinâmicas dentro das instituições de saúde no período Imperial²⁴. O ideário de um projeto institucional de hospício homogêneo e ausente de tensões mais do que nunca, deve ser problematizado, assim o olhar para o espaço enquanto um lugar desde sempre pré-determinado a ser direcionado para a repressão dos chamados “desviantes” – quer estivessem realmente sob a necessidade um respectivo “tratamento adequado” ou não. A autora nos apresenta um interessante debate acerca o ideal e propostas iniciais de cura na objetivação e argumentação dos médicos, que permaneceriam discutindo e repensando suas tanto desde suas práticas, até os rumos daquela instituição até efetivamente o final do Império.

Já pensando numa perspectiva mais específica dentro da temática escravista em conjunto com a instituição asilar, como propõe o presente trabalho; de certo que a presença negra já foi questionada em outros estudos de maneira relativamente superficial. Para a autora Magali Engel existe uma concepção de que o grande público alvo seria nada mais que os indivíduos pobres ou em total miséria circulantes das ruas, e alinhando-se a abordagem de Manoel Olavo Teixeira²⁵, ao qual acredita que o hospício teria recebido um panorama demográfico muito baixo com relação a mestiços e negros, sobretudo, escravos. Os dois pautados sob a argumentação da própria lógica do sistema escravista em que não faria sentido o pagamento de despesas dos cativos por parte de seus senhores (entretanto somente os que possuísem mais de um cativo).

²³ ENGEL, Magali G. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

²⁴ GONÇALVES, Monique de S. *Mente Sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na Corte Imperial (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, COC/Fiocruz, 2010.

²⁵ TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. *Deus e a Ciência na Terra do Sol: O Hospício de Pedro II e a constituição da Medicina Mental no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 1998.

Todavia autores como Ricardo Lorenzo²⁶, a partir de uma análise dos registros médicos do hospital da Santa Casa – respectivamente em seu estudo referente à cidade de Porto Alegre – promovem discussões sobre perfil dos internos. E embora haja a sugestão de que a população que a população branca, e não pobre, fosse a grande maioria nas internações, o autor destaca uma certa não adequação ao trabalho. Nesse sentido, o enfoque da análise se expande, na concepção do espaço da Santa Casa como chave para o desenvolvimento de uma política de repressão de grupos marginalizados, dentre os quais os certamente os cativos, libertos e pobres estavam presentes. Segundo o historiador Sidney Chaloub os chamados “grupos marginalizados” seriam as “classes perigosas” e por isso, dignas controle, independentemente se esse controle se daria até por internações compulsórias ou sem qualquer prova neste caso de algum desvio mental: “Na verdade, o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de “classes perigosas” no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais”²⁷

Estudos de caso com relação à escravidão e Hospício de Pedro II (1860 – 1889)

Haja visto, que a temática de trabalho se aplica em uma observação / estudo preliminar de determinadas trajetórias de certos indivíduos negros dentro da primeira instituição psiquiátrica da América Latina; a metodologia desta pesquisa versará então na mobilização e análise de fontes de tipologia escrita. Como ponto de partida nos concentraremos na documentação referente aos livros de matrícula de funcionários e aos registros e dossiês de internação, na busca pelo entendimento de certas propriedades no que diz respeito às expectativas e experiências dos internos e os funcionários negros com relação a sua presença no hospício. Esses livros e dossiês encontram-se sob a principal custódia do Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal Nise da Silveira (CDM-IMNS) que também detém de uma Base de Dados pesquisa cuja finalidade está na inserção dos dados encontrados nos fichas de internação dos pacientes do Hospício de Pedro II para facilitar as pesquisas futuras sobre a temática presente no

²⁶ LORENZO, Ricardo de. *‘E aqui enloqueceo’* - A alienação mental na Porto Alegre escravista (c.1843-c.1972). Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2007.

²⁷ CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

acervo documental. Os campos disponíveis na base são: Fundo, Série, Subsérie, Notação, Nome, Sexo, Idade, Nacionalidade, Naturalidade, Raça, Cor, Estado Civil, Profissão, Condição Social, Espécie Documental, Quantitativo de documentos, Número de páginas, Fotografia, Número de Inscrição, Data de entrada, Data de saída, Motivo da saída, Requerente/Procedência, Seção, Classe, Diagnóstico, Causa Mortis, Médicos da Instituição, Estado de conservação e Observações Gerais.

A biblioteca do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ); e o arquivo do Hospital Psiquiátrico Colônia Juliano Moreira também são locais onde é possível encontrar fontes primárias que se referem à presença da população negra no hospício. Nestes espaços também consistem de múltiplos tipos documentais como: fotografias, pedidos de internação, prontuários médicos, cartas de alforria, atestados médicos, dentre outros que ilustram a(s) história(s) e memória(s) presentes no primeiro “Hospital Psiquiátrico do Brasil”, e nas diversas instituições posteriores.

Porém, na busca por compreender melhor o perfil dos indivíduos identificados enquanto pertencentes à categoria social e médica de “louco”. A documentação de jornais pode também ser um primeiro caminho para nossa investigação acerca das possibilidades de estudo. Na presente pesquisa serão utilizados registros de notícias presentes em “*O Povo*” e no “*Jornal do Comércio*” entre as décadas de 1880 e 1890 que também serão de grande importância para o entendimento de determinados aspectos sociais e culturais para a pesquisa

A partir destas possibilidades no que diz respeito à categoria das fontes levantadas, abrem-se novos caminhos nas diferentes abordagens para se pensar um estudo de trajetórias dentro de uma história da psiquiatria, considerando todas as especificidades dos projetos e interesses permearam a estruturação desta ciência. Neste momento passaremos a questionar as perspectivas apresentadas acima e no capítulo anterior de acordo com as fontes e dados levantados para a escrita da pesquisa.

Outra questão a ser ressaltada na metodologia da pesquisa, é que como se tratam de dossiês, tanto a natureza de seu estado de conservação quanto de sua robustez são variantes. Ou seja, muitas vezes os mesmos são dotados apenas de uma única folha da papeleta em terríveis condições de leitura, já em outros exemplos, se fazem presentes para além da papeleta principal uma grande quantidade de “documentos anexos” como registros da polícia, correspondências, ofícios internos e externos, cartas de alforria, todos em ótimo estado.

Documentação esta que a detém de importantes registros, aos quais, tornam possível o exercício do historiográfico da análise de informações em uma “investigação cruzada” com outras fontes encaradas como documentações administrativas ou institucionais, como: decretos principais, estatutos, registros senhoriais de compra, venda e doação de seus respectivos donos dos cativos, inventários *pós-mortem*, processos crime. Para que desta forma mediante a intersecção de informações presentes nas fontes cada vez mais as lacunas sejam preenchidas e a proposta da “reconstrução” da trajetória do indivíduo seja acessível aos olhos e interpretações do historiador.

Dentro do quadro de internos do Hospício de Pedro II (1842 – 1889), de acordo com a Base de Dados em contraponto com os levantamentos iniciais de entrada feitos pela historiadora Danielle Ribeiro em sua pesquisa de vanguarda, foram registrados cerca 638 mulheres e 1220 homens que passaram pelas instalações do antigo do hospício. Contudo, ao examinamos com atenção com os dossiês de internação do Fundo documental “Hospício de Pedro II” e seu conteúdo disponível para a pesquisa nos acervos do Instituto Municipal Nise da Silveira, é possível perceber que ao longo de quase meio século de funcionamento, muitos casos não se tratam apenas de internações “simples”, e são repletos de tensões, conflitos e intencionalidades. Servindo também como fontes importantes para a construção e reflexão de uma História Social dos indivíduos negros, cativos e /ou livres. As fichas dos prontuários de internação eram conhecidas como papeletas – e até hoje servem enquanto orientação para uma das séries de catalogação do fundo documental do instituto –, em seus respectivos campos de preenchimento de informações do paciente é possível à observação e promoção de questionamentos tanto de aspectos mais gerais quanto ao caráter da saúde, como: a “idade” do paciente; seu respectivo “diagnóstico”; as “moléstias anteriores”; as “causas”; as “terapêuticas” orientadas pelo médico; suas “dietas” alimentares; as datas de “entrada” e “saída”; as “observações médicas”. Como também aspectos que nos permitem traçar um certo perfil social dos sujeitos presentes no hospício, como a “cor/raça” – neste caso o indivíduo poderia ser classificado enquanto preto,

branco e pardo²⁸; a “condição social”; sua “nação”; a “naturalidade”; a “residência”; “estado de família”²⁹; e a “profissão” do sujeito.

Vejam os a seguir alguns dos casos mais que servem como exemplo para demonstrarmos o quão complexas poderiam se estabelecer as relações e as tensões referentes à presença de certos indivíduos nas dependências do hospício, que tanto comentei ao longo deste texto.

A começar com algumas questões presentes nos Livros de Matrícula da instituição. É importante ressaltar que a presença negra não se limitava aos doentes internos, todavia haviam também aos cativos que desempenhavam funções tanto no auxílio nos cuidados médicos com os doentes, quanto trabalhos manuais. O livro que usaremos como exemplo remete aos trabalhadores presentes no hospício entre os de 1863 a 1866, de acordo com a titulação³⁰. Esses livros detinham de um quadro de observações gerais de cada escravo presente na instituição como: nação; altura; corpo; idade; traços físicos de boca, nariz, olhos, rosto em geral, cabelos, e barba, no caso masculino; e também observações específicas logo abaixo das gerais quanto a fatos e situações importantes referentes aos escravizados que os administradores julgavam necessárias de serem registradas:

BEATRIZ CRIOLA: 16/08/1863

Faleceu nas referidas enfermarias de tuberculose pulmonares conforme comunicou o respectivo administrador em ofício da mesma data.

(...)

ANASTHASIO: 02/11/1863

Por ofício desta data foi comunicado haver Exo. Senhor Provedor concedido licença a este escravo para casar-se com a africana livre Florisbela nação Rebolla e empregado no serviço interno deste hospício.

(...)

²⁸ Ao longo dos anos, com as transformações sociais dentro e fora do hospício alguns outros termos raciais e culturais passam a ser incorporados na lógica de administração desta instituição, como “cabra”, “moreno”, “amarelo”, dentre outros.

²⁹ Conhecido hoje como “estado civil”.

³⁰ Ainda que alguns registros do livro datam de anos posteriores a 1866.

MANOEL BENGUELA: 25/08/1866

Pertencia ao Senador José Araújo Ribeiro ao qual por Escripura de 25 de agosto de 1866 fez doação deste escravo ao Hospício de Pedro II³¹

(...)

JUSTINIANA CRIOULA: 20/05/1868

Em conformidade da resolução da mesa da Santa Casa de Misericórdia em sessão de 22 de abril de 1868 for esta escrava liberta em atenção aos bons serviços prestados à mesma Santa Casa (...).³²

De acordo com os registros podemos perceber uma série de questionamentos motivadores para nossos primeiros caminhos de reflexão. Somente nestes breves trechos já se torna possível observar aspectos imprescindíveis quanto ao mapeamento destes sujeitos para o desenvolvimento de trajetórias futuras devido às “observações gerais”, bem como questões transversais não menos importantes como a presença de outras doenças não necessariamente relacionadas à saúde mental – como é caso da tuberculose – e seus respectivos desdobramentos quanto às respectivas mortes; as expectativas de redes e da viabilidade de construção de famílias dentro da instituição e como se daria essa relação entre os escravizados e os administradores; a localização das trajetórias por meio da menção senhores juntamente com as perspectivas de doações; e também os panoramas da liberdade, estratégias e bom comportamento. Ou seja, como já foi dito precisamos nos atentar que em poucas linhas já podemos entender o quão complexas poderiam ser as relações presentes nesse espaço e mais ainda, o quão enriquecedor podem também ser os estudos referentes a essas relações.

Agora que já entendemos a complexidade das indagações só no quesito dos trabalhadores, vamos um caso de um dos internos, no que diz respeito aos dossiês mencionados.

Na tarde de 03 de outubro de 1867, deu entrada em uma das seções da instituição o brasileiro Francisco Cabiúna. Preto. Cinquenta e seis anos de idade. Solteiro. Livre. Sem profissão. Sem moléstias anteriores. E tão pouco a causas da doença; apenas o vago diagnóstico de “Mania”. De início ao analisarmos as contidas informações em sua ficha principal é possível

³¹ LIVRO DE MATRÍCULA DOS ESCRAVOS 1863 – 1866.

³² LIVRO DE MATRÍCULA DOS ESCRAVOS 1863 – 1866.

acreditar que se trata de mais um caso de internação comum. Entretanto algumas outras indicações já começam a indicar pistas e provocar questionamentos como a data de saída em 30 de abril de 1868 e sua naturalidade referente a Campos.

Afinal porque um indivíduo preto, livre, sem quaisquer bens ou condições financeiras seria remetido gratuitamente até a corte do Rio de Janeiro apenas para cuidados – unicamente – médicos, para ser liberado cerca de apenas seis meses depois. Algo que no mínimo seria digno de curiosidade, um exemplo perfeito para uma possível “fuga da regra”. Mas a trajetória e as intencionalidades de sua internação são reveladas somente no exame total do dossiê do indivíduo, ao qual é formado de uma papeleta, dois ofícios, e um atestado. Segundo as informações de um dos ofícios:

“Exelentíssimo Senhor, Envio a Vossa Exelência o alienado Francisco Cabiúna, natural de Campos, de cor preta, com idade de 56 anos, livre, homem pobre. Este alienado Exelentíssimo Senhor como verá pelo atestado que incluso remetto, é ainda suceptível a cura, por ser sua loucura feito de bebidas espirituosas. Tem ultimamente aqui se tornado incomodo e mui perigoso a tranquilidade publica em seus acessos de fúria e ultimamente depois de nas ruas desta cidade causar grandes alarmes, só brada de continuo pela liberdade da escravatura, o que já tem causado suspeitas de insurreição, e ella caminhará se a polícia não andasse diligente. Não recebendo aqui o Hospital, alienados, não o podendo ter na cadeia, por isso o envio a Vossa exelencia para ser levado ao hospício. Deus Guarda a Vossa Exelencia. Delegacia de Polícia de Campos 27 de Setembro de 1867. Exelentícimo Senhor Doutor Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro.

Doutor José Joaquim Heredia de Sá Delegado de Polícia.”³³

As informações nos levam a vários nichos e possibilidades de questionamentos. Primeiro a partir do trecho “*é ainda suceptível a cura, por ser sua loucura feito de bebidas espirituosas.*” a percepção do alcoolismo enquanto um mal social a ser combatido. De acordo com diversos autores, nesse período o consumo excessivo de bebidas alcoólicas – popularmente conhecidas

³³ Dossiê de Internação Francisco Cabiúna AIMNS – Fundo HPII – Cx.13 – Prontuários 1867.

como espirituosas – representavam uma grande inquietação entre os médicos sanitaristas e, além disso, no contexto social os chamados alcoolistas também eram tidos como uma parcela marginal que provocaria a desordem e cujo caráter de reclusão seria mais do que necessário.

Na concepção capitalista, o homem deveria estar somente inserido da lógica dignificante de trabalho, sobretudo o negro, e as chamadas vadiagens e brigas ocasionadas por estes possíveis bêbados normalmente atrelados à vida boemia, seriam a mais profunda interferência a esse sistema. Nas províncias do Império brasileiro, especialmente na Corte do Rio de Janeiro, a estruturação do que representaria criminalidade, juntamente com moral higiênica e padrão cultural a ser seguido estavam cada vez mais em curso juntamente com os processos de urbanização alinhados aos moldes europeus. Para a classe médica não era o alcoolismo se quer era considerado como um determinado escapismo, frente à depressão associada como umas das mazelas das classes mais pobres do Rio de Janeiro³⁴.

É importante pensarmos as reais causas que traziam os chamados alcoolistas até as dependências do hospício. Neste relato, inclusive, o hospício pode ser percebido enquanto um local específico, de certa referência – e de maior proximidade – para a possível recuperação do sujeito. A partir do caráter social da medicina oitocentista, imperava a visão de que mais do que nunca seria necessário o cuidado não apenas com a saúde individual, mas também da coletiva, ou seja os indivíduos aparentemente bêbados necessitavam sim de serem enviados também a espaços específicos de reclusão; justamente sob a premissa de proteção a saúde das cidades, evitando assim a disseminação de possíveis epidemias.

Outro aspecto de investigação muito frutífero presente na fonte está na ameaça não só a saúde, mas a ordem social vigente, visto que se tratava de um negro “*incomodo e mui perigoso à tranquilidade publica em seus acessos de fúria e ultimamente depois de nas ruas desta cidade causar grandes alarmes, só brada de continuo pela liberdade da escravatura, o que já tem*

³⁴ Os seguintes autores tratam do tema: SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. *Alcoolismo e controle dos trabalhadores no século XIX*. São Lourenço, 2007; MIQUELONI, Larissa Gracy Bernardi; FEITOSA, Lourdes Conde. *Alcoolismo, loucura e masculinidade: uma leitura em Lima Barreto*. Bauru: Mimesis, , v. 34, n. 2, p. 165-182, 2013; SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. *Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX*. História, Ciências, Saúde – Rio de Janeiro, Manginhos, v.17, supl. 2, dez. 2010, p.401-420;

causado suspeitas de insurreição”. Em um primeiro o momento, somos defrontados com as motivações explícitas para o encaminhamento “difícil” do sujeito até a sua internação no Hospício, afinal qual seria a sua opinião quanto a indivíduos – nas palavras da fonte – com acessos de fúria soltos pelas ruas de bairro e/ou cidade? Porém, é preciso analisar a totalidade das informações do ofício. Não cabe aqui relativizar como eram percebidos os tais acessos de fúria descritos na fonte, mas sim se atentar a repressão social imposta sobre este indivíduo, maquiada nas justificativas de internação.

De acordo com o historiador Ricardo Pirola em sua obra *“Escravos Rebeldes nos tribunais do Império: uma história social da lei de 10 de junho de 1835”*, a partir do final do tráfico atlântico de africanos no Brasil, houve um aumento considerável nos processos de comércio de escravizados entre interior das províncias e com os grandes centros urbanos da época, para que desta forma fossem supridas as demandas – bem mais intensas – de mão de obra das chamadas zonas agrícolas. Assim, por volta dos anos de 1870, com o aumento da produção cafeeira a procura por escravizados para o trabalho no interior se torna cada vez mais acelerada, sobretudo na região sudeste.

Dado o contexto, dentro da lógica do autor ao qual nossa pesquisa também se insere, com a grande circulação de sujeitos entre as regiões centrais e periféricas, a circulação de ideias também se fez presente, ou seja, as “histórias de liberdade”³⁵ estariam sendo disseminadas entre os negros, justamente mediante a intensificação do tráfico Inter e intraprovincial.

Outros elementos importantes para ressaltarmos nas reflexões de Pirola, em primeiro lugar são as considerações quanto às experiências do que representariam ser negro – e escravo – tanto na Corte quanto em Campos. Era fato de que as expectativas de muitos cativos e libertos ao trabalharem via ganho nos centros urbanos, apenas para pagarem os lucros aos seus senhores/patrões contrastaria com os serviços coletivos no campesinato, sempre seguido da vigilância quase constante do feitor ou do senhor. E em segundo nos relativos “avanços” dos ideários emancipacionistas por todo o Império, ao lembrarmos que desde seus anos iniciais a década de 1870 foi assinalada por calorosos debates nos domínios do poder político no que diz respeito ao fim da escravidão no Brasil.

³⁵ PIROLA, Ricardo. *Escravos Rebeldes nos tribunais do Império: uma história social da lei de 10 de junho de 1835*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

O termo *alienado*, provem do latim *alienus* que tem por significado o “estranho”, ou seja, percebe-se que nesta classificação se encaixavam todos aqueles que de alguma forma iriam contra a moral e a ordens vigentes naquela sociedade, como é o caso de Francisco. Bêbado, louco, revoltado... Todos esses termos poderiam também se enquadrar dentro do relato deste indivíduo, contudo os questionamentos que de fato precisamos associar são suas perspectivas de agência, resistência e possivelmente vanguarda – silenciada – dentro do contexto de luta por emancipação dos escravos na cidade de Campos.

Não sabemos exatamente ainda quais foram os destinos após sua liberação do hospício em 30 de abril de 1868. O que nos interessa de fato ao longo do capítulo e, sobretudo, por intermédio deste exemplo é trazer a luz as reflexões iniciais para com as possibilidades de estudo desde tão rico material histórico e ressaltar também a intencionalidade de desenvolvimento deste caso em pesquisas futuras quanto às fontes dentro de suas respectivas limitações

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho representa nada mais, que os primeiros percursos com relação a uma pesquisa voltada para as experiências negras na segunda metade do século XIX. Inicialmente as hipóteses levantadas pautavam um determinado alinhamento entre os modelos explicativos das experiências de repressão e as vivências e práticas de internação no Hospício de Pedro II. Entretanto, por intermédio das novas abordagens e bibliografias, entramos em contato com novas reflexões durante a construção e escrita da pesquisa e que sugerem uma compreensão mais aprofundada no que diz respeito aos estudos de possíveis trajetórias individuais e como as mesmas proveriam um importante viés para a observação e entendimento das relações escravistas. Além disso, os primeiros contatos, referentes aos resumos dos prontuários, não nos permitiriam o desenvolvimento por completo das hipóteses iniciais.

Buscou-se primeiramente o alcance das discussões a respeito do entendimento mais a fundo, de quais maneiras as perspectivas teóricas para o estudo das experiências poderiam se constituir enquanto um campo frutífero para as reflexões do complexo processo do sistema escravista brasileiro. Principalmente na consideração das experiências e relações sociais negras – durante o período escravista – como um objeto de estudo digno e potente dentro de uma pesquisa acadêmica.

A argumentação promovida do primeiro capítulo se concentra na retomada então para a linha de percepção já abordada desde o momento introdutório, quanto ao pensar sobre as ainda recentes mudanças na historiografia brasileira a partir da década de 1970. Pensando nas novas abordagens de caráter ativo dos indivíduos escravizados, ou seja, nas experiências sociais vivenciadas por mulheres pretas e homens pretos – neste caso dentro de uma instituição psiquiátrica. A observação para a identificação das vozes, os anseios e dilemas dos atores sociais presentes no decurso de construção do hospício, fora fundamental para a percepção de possíveis caminhos de estratégias e resistências, redes de solidariedade e conflitos, todos dentro de um sistema normativo de discurso – médico e senhorial – com relação a intervenções compulsórias aos corpos negros.

Ao longo do primeiro capítulo também foram mobilizados, ainda que brevemente, alguns autores que traçariam apontamentos pertinentes em seus estudos, quanto ao papel trajetória de indivíduos para a compreensão da História. Nesse sentido, amparados por uma importante

literatura que tem demonstrado a determinação nas pesquisas das relações pessoais com a vida pública, entramos em contato com trabalhos relacionados desde as experiências religiosas dos autores Luiz Mott e Regina Xavier (conexões africanas reinventadas); passando as relações de gênero Jania Furtado; até os horizontes urbanos. Optou-se também aqui por adentrar a matriz analítica deste trabalho nas perspectivas de E.P Thompson, seguindo a linha de rejeição aos tradicionais modelos explicativos padrões dos historiadores que consideravam um sistema escravista “benevolente” e “paternal”. Ressaltando assim em um primeiro momento a relevância de tais debates – alguns estudos ditos incontornáveis – sem os quais jamais seria possível a estruturação desta pesquisa.

E com essas questionamentos, esperou-se ter levantado novos debates, apontando abordagens pouco trabalhadas das relações entre a sociedade pós colonial e o hospício. Sabe-se que, justamente por se tratar de uma interrelação, todas as particularidades devem ser trabalhadas, e tem se aqui a consciência que, ainda que tenham sido privilegiados alguns olhares em detrimento de outros – como pode ser o caso do olhar médico do Hospício, que já fora constantemente trabalhado por outros autores aos quais recorreremos –, fez-se necessário escolhas. Escolhas essas (em alguma medida políticas) que também impactam na construção da pesquisa, visto que os principais objetivos desta análise se concentravam tanto em deter à agência de certos sujeitos, com outras expectativas sobre a instituição; como ressaltar a possibilidade de estudo desses mesmos sujeitos. Todavia, ainda que não tenha-se dado conta de todas as perspectivas aceitáveis, espera-se aqui um singela contribuição na inclusão de novos atores sociais, que são essenciais para as análises sobre qualquer instituição do século XIX e que não podem mais ser silenciados.

Já no segundo capítulo, foi apresentada uma parcela do universo dos indivíduos que passaram pelo hospício neste período, lembrando que a densidade de cada análises foi proporcional com o que o livro e prontuário nos forneciam de dados sobre a trajetória dos funcionários e pacientes internos entre 1860 e 1870. Procurou-se, então o apontamento do caminhos sugeridos nas hipóteses a serem provadas. Embora não tenha ocorrido determinado aprofundamento da maioria das questões ali levantadas, o objetivo central se apresenta na amostragem de parte dos indícios que fortalecem nossa principal hipótese, e as múltiplos possibilidades, demandas e expectativas que se fizeram presentes nas últimas primeiras décadas de operação daquela instituição.

A densidade das informações contidas nas fontes nos apontou diferentes caminhos de análises e questionamentos possíveis, entretanto, as discussões bibliográficas apresentadas nos direcionaram para as considerações ainda mais presentes quanto a enxergar o papel social dos indivíduos negros, até então negligenciados pela historiografia. Com relação ao período proposto na pesquisa, cerca de uma década, ao entráramos em um primeiro contato com dados optou-se por uma consideração mais qualitativa do que quantitativa, afinal muitos desses mesmos dados das fontes pesquisadas de certa forma eram bastante generalizantes,

A ideia não foi aqui um grande levantamento de dados, afinal como já foi mencionado longo do próprio trabalho, trata-se de uma perspectiva inicial e que certamente ainda cabem estudos mais aprofundados, que deem conta de abordar cada período de funcionamento da instituição e seus respectivos atores sociais com a devida atenção que a História pode lhes oferecer; e que possam empreender no fortalecimento da hipótese aqui levantada, acerca da diversidade de narrativas e pensar na sua complexidade, justamente pela diversidade de atores envolvidos ao redor e dentro do hospício.

Sem sombra de dúvidas, o presente trabalho se coloca enquanto um primeiro esforço e percurso analítico historiográfico tanto em relação com relação aos novos olhares para documentação em si, quanto na temática e questões abordadas. Na busca por uma efetiva compreensão das relações entre as dinâmicas escravistas e as experiências de doença e cura, espera-se aqui que tais esforços, que não estão sendo só meus, possam contribuir na construção debates, tanto sobre o Hospício de Pedro II e a história da psiquiatria, quanto sobre a sociedade imperial e suas relações sociais; e que sobretudo haja o despertar para o interesse de outros historiadores para os estudos da História negra no Brasil.

REFERÊNCIAS:*6.1 Fontes:*

- Decretos:

Decreto nº 1077, de 4 de Dezembro de 1852. Aprova mandar executar os estatutos do Hospício de Pedro II.

- Instituto Municipal Nise da Silveira:

AIMNS – LIVRO DE MATRÍCULA DOS ESCRAVOS 1863 – 1866

AIMNS – Fundo HP II – Cx.13 – Prontuários 1867

AIMNS – Fundo HP II – Cx.15 – Prontuários 1869

6.2 Bibliografias:

CHALOUB, Sidney. Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo. Companhia da Letras, 1996.

ENGEL, Magali G. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, M. Doença mental e psicologia. Traduzido por Lilian Rose Shalders. Título original: *Maladie mentale et psychologie* (Presses Universitaires de France). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. O outro lado do mito. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

GANDELMAN, Luciana. “A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”. *História das Ciências, Saúde*. Manguinhos, v8:613. Rio de Janeiro.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Monique de S. *Mente Sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na Corte Imperial (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, COC/Fiocruz, 2010.

GOMES, Flávio. *Cidades como espaços atlânticos: sobre biografias, diásporas, marinheiros e africanos*, In: SANGLARD, Gisele; ARAUJO, Carlos Eugenio Moreira de; e SIQUEIRA, José Jorge. (Org). *História Urbana. Memória, cultura e sociedade*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, v. , p. 113-128.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 45.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Morais (Orgs.) *Usos & abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 179-180.

LORENZO, Ricardo de. *‘E aqui enloqueço’ - A alienação mental na Porto Alegre escravista (c.1843-c.1972)*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2007.

LOVEJOY, Paul. 1997. “Biography as source material: towards a biographical archive of enslaved Africans”. In : LAW, Robin (org.). *Source material for studying the slave trade and the African Diaspora*. Stirling, Centre of Commonwealth Studies, 1997, p. 119-40;

LOVEJOY, Paul. “Autobiography and memory: Gustavus Vassa, alias Olaudah Equiano, the African”. *Slavery and Abolition*, v. 3, no. 27, p. 317-47, 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T.. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MELO, Mariana. “A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: assistencialismo, sociabilidade e poder”. In ARAUJO, Maria. *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal – Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009.

MEYER, Manuella. “*Sanity in the South Atlantic: The mythos Philippe Pinel and the asylum movement in nineteenth-century Rio de Janeiro*”. *Atlantic Studies*, 7:4, 2010:473-492.

MIQUELONI, Larissa Gracy Bernardi; FEITOSA, Lourdes Conde. *Alcoolismo, loucura e masculinidade: uma leitura em Lima Barreto*. Bauru: Mimesis, , v. 34, n. 2, p. 165-182, 2013;

PIMENTA, Tânia. “*O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 – 1855)*”. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. Campinas: 2003.

PIROLA, Ricardo. *Escravos Rebeldes nos tribunais do Império: uma história social da lei de 10 de junho de 1835*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

PÔRTO, Angela. “*A saúde dos escravos na historiografia brasileira. Usos do passado*”: XII Encontro Regional de História, 2006.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. 1. Ed. , São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. “*O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1823 - c. 1853)*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIBEIRO, Daniele Corrêa. *O Hospício de Pedro II e seus internos no ocaso do Império: desvendando novos significados*. (Tese de Mestrado em História das Ciências e da Saúde). - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. *Alcoolismo e controle dos trabalhadores no século XIX*. São Lourenço, 2007;

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. *Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX*. História, Ciências, Saúde – Rio de Janeiro, Manguinhos, v.17, supl. 2, dez. 2010, p.401-420;

SWEET, James. Mistaken Identities? *Olaudah Equiano, Domingos Álvares, and the Methodological Challenges of Studying the African Diaspora*. AHR, v. 114, no. 2, p. 279-306, 2009.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. Deus e a Ciência na Terra do Sol: O Hospício de Pedro II e a constituição da Medicina Mental no Brasil. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ, 1998.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.